

Intelectuais e o sistema educacional nos anos de. 1950. Da gênese à deflagração das polêmicas entre católicos e liberais.

Valeria Floriano Machado.

Cita:

Valeria Floriano Machado (2009). *Intelectuais e o sistema educacional nos anos de. 1950. Da gênese à deflagração das polêmicas entre católicos e liberais*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/2046>

Intelectuais e o sistema educacional nos anos de 1950

Da gênese à deflagração das polêmicas entre católicos e liberais

Valeria Floriano Machado

Prof. Universidade Tuiuti do Paraná e Doutoranda do Programa de Pós – graduação em Sociologia - UFPR

Email. vfloriano@gmail.com

A adesão a determinadas concepções de mundo pode ser vista como traço de uma identidade situacional, no qual os vínculos históricos produzem as experiências, mesmo que diferenciadas, de uma geração. Assim, o mesmo ambiente que promoveu os debates intelectuais nas primeiras décadas do século XX, revela um papel chave dos intelectuais brasileiros na acirrada disputa entre diferentes grupos que, a época, buscavam controlar os projetos educacionais nacionais e que culminariam nas polêmicas em torno da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no final dos anos de 1950. O que torna esta polêmica relevante para compreensão da configuração do campo intelectual naquele período, portanto, deriva da experiência compartilhada pelos protagonistas que orbitavam em torno dos grupos que tomaram a frente das polêmicas¹.

¹ MANNHEIM, Karl. *O Problema sociológico das gerações*. In: FORACCHI, Maralice (org) **Karl Mannheim**. São Paulo: Ática, 1982. (Os grandes Cientistas Sociais; 25). Pags, 67-95

Em 1947 Clemente Mariani foi nomeado Ministro da Educação e suas medidas, como era de se supor, incidiriam sobre a descentralização da burocracia educacional². As propostas de seu Ministério receberiam muitas críticas quando tornadas anteprojeto – encaminhado, ao Congresso, pelo presidente da república. Neste sentido, o então deputado federal Gustavo Capanema³ se notabilizaria pela resistência, provocando a estagnação da discussão do projeto durante muitos anos. Capanema, ex-ministro da educação entre 1934 e 1945, e cuja perspectiva apontava para a centralização do poder, como deixam entrever as Leis Orgânicas do Ensino de 1942 e 1946, entendia que a medida enveredava por princípios contrários a unidade nacional, pois propunha a descentralização do sistema de ensino, a diversidade de currículos e a autonomia dos estados. Da mesma maneira, remanescentes Estado-novistas, por conta da descentralização do ensino, e grupos vinculados a Igreja católica, por entenderem que os princípios propostos no anteprojeto não proclamavam as diretrizes da encíclica *Divini Illius Magistri*⁴, se opuseram ao anteprojeto.

Durante muitos anos o anteprojeto não seria mais discutido sendo retomado somente no Governo Juscelino Kubistchek, quando o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), dirigido por Anísio Teixeira, passaria a defender a importância da sua aprovação. Quando as discussões foram então retomadas, o que passava a estar em jogo era a defesa da escola pública e a vigência intelectual de um projeto político e econômico modernizador, fazendo com que as polêmicas passassem a gravitar em torno dos educadores vinculados a Associação Brasileira de Educação (ABE), que apoiaram Anísio Teixeira e o grupo de oposição liderado pela Associação de Educação Católica (AEC), que defendia a liberdade de ensino⁵.

É interessante observar que, naquele momento, uma grande campanha nacional em defesa da escola pública era iniciada, convergindo em manifestos, moções de apoio e declarações favoráveis, ou não, à adesão ao projeto da escola pública. Entretanto, quando a polêmica reacendeu, o que emergiu foi o problema educacional brasileiro. Estas questões, portanto, não eram novas nos debates nacionais, uma vez que estiveram vinculadas a criação do próprio Estado ao visar a definição de políticas públicas para garantir o atendimento a demandas sociais vinculadas à saúde, à educação, à habitação, etc., exigindo a necessidade de arregimentar especialistas de várias áreas.

²No seu mandato executou a determinação constitucional de se elaborar uma Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional. Para tal empreendimento designou uma comissão que ficou responsável pela redação do anteprojeto que seria enviado ao Congresso.

³ Gustavo Capanema (1900-1985). Foi Ministro da Educação e Saúde de 1934 a 1945. Nesse período promoveu a nacionalização aproximadamente duas mil escolas.

⁴ A carta encíclica “*Divini Illius Magistri*” do Papa Pio XI versa sobre a educação cristã da juventude.

⁵ CUNHA, Luiz Antonio. **A Universidade Temporã: o ensino superior da Colônia à Era de Vargas**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3ª. Edição. Editora da Unesp, São Paulo, 2007.

As necessidades de transformação já eram anunciadas nas primeiras décadas do século XX e uma de suas expressões, no que tange a educação, foi a criação de organizações não oficiais. Nessa conjuntura surgiu em outubro de 1924 a Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada com o objetivo de garantir o desenvolvimento e aperfeiçoamento da educação e que teve como um dos seus idealizadores Heitor Lyra da Silva. Nela reuniram-se educadores que assumiram a direção das reformas educacionais. Uma de suas funções era a promoção de debates acerca da educação, do ensino e da cultura, sendo que uma de suas primeiras ações foi a organização de uma Comissão de Educadores para participar do Congresso de Educação que seria realizado na Universidade de Santiago (Chile), conhecido como “Congresso de Santiago de 1925”.

A emergência em inaugurar o debate em torno da educação motivou a ABE a promover a Primeira Conferência Nacional de Educação⁶, em 1927. Fernando Magalhães, em texto publicado no Boletim da Associação Brasileira de Educação em maio de 1929, assinalava que:

Havia a necessidade porém de trazer esse trabalho ao conhecimento de toda a gente. Por obrigação do cargo, imaginei as Conferências de Educação, tarefa difícil como iniciativa privada, mas verdadeiro surto de propaganda cívica e educacional, cuja data 7 de setembro, já traduzia o culto da unidade brasileira. (...) quando formulei a primeira proposta, faltaram-me, talvez quem acreditasse na sua possibilidade. Até ali, quando muito, e já era apreciável serviço, pensava-se em pequenos cursos individuais num ou noutro Estado, como processo de implantar fora da Capital as regras e os preceitos da Associação Brasileira de Educação⁷.

Em 19 de dezembro de 1927, Curitiba foi sede do I Congresso Nacional de Educação que abrigou representantes de todos os estados brasileiros. O objetivo da Primeira Conferência Nacional de Educação, conforme foi registrado em seu material de divulgação, publicado em jornais do Brasil.

A importância do tema para os intelectuais brasileiros se revela no grande número de adesões ao Congresso, como também nas 109 teses apresentadas e discutidas nos diferentes grupos. O problema da educação primária e da unificação do ensino era colocado na Conferência como um tema fundamental para o debate. Era compartilhada a idéia de que as discussões

⁶ A Primeira Conferência oficial, organizada pelo Ministério da Educação, ocorreu em 1941.

⁷ Apud: FERREIRA DA COSTA, Maria Jose. Lysimaco Ferreira da Costa: a dimensão de um homem. Curitiba: Editora UFPR, 1987: 285 – 287

promovidas na Conferência Nacional de Educação não trariam resultados imediatos, uma vez que não tinham a função de legislar sobre os assuntos tratados. Contudo, a preocupação acerca da regulamentação do ensino destacadas, em inúmeras teses apresentadas, viria a estimular o debate nacional. Em torno deste problema seguiu-se, em 1928, a Segunda Conferência em Belo Horizonte e em 1929, em São Paulo, III Conferência. A IV Conferência Nacional de Educação, realizada na Capital Federal, foi o ponto de partida para o debate nacional. Nesse evento foi nomeada a “Comissão dos Dez”⁸, indicada para deliberar sobre o tema da V Conferência e para a elaboração de um parecer sobre o tema: “Quais as atribuições respectivas dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, relativamente à Educação?”. Deste parecer houve a indicação da instauração de dispositivos elaborados para que pudessem servir de capítulo sobre a Educação Nacional no anteprojeto da Constituição.

A educação passava a ter relevância política uma vez que muitos dos intelectuais entendiam que seria possível construir uma nova sociedade a partir da “*formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação*”⁹ O debate nacional apontava para a importância da educação no contexto de urbanização e secularização da sociedade.

Em última análise, a educação, entendida como uma agência de mudança cultural provocada, só poderia ser o tipo de educação adaptado às exigências do saber científico perfeitamente consciente de sua responsabilidade social. Educar para a vida moderna, para uma nova ordem social a que todos aspiram, seria educar para a civilização científica, isto é, para a ciência e pela ciência.¹⁰

Para João Eduardo Vilalobos (1959), a inclusão de novos grupos no processo político, aliado ao crescimento de uma burguesia industrial que passava a assumir novos papéis no cenário nacional, teria repercutido nas discussões sobre a educação no Brasil. Em torno disso, a reforma de ensino ocorrido no Distrito Federal, em 1928, já estaria indicando as exigências dessa nova realidade. Os anos 30, afirma o autor, teriam marcado o início das mudanças em relação ao sistema de ensino no qual, a partir dos ideais de uma “nova geração de educadores”, buscava-se organizar a escola para novas condições políticas, econômicas e culturais. Identificar os caminhos percorridos

⁸ Sampaio Dória, Lysimaco Ferreira da Costa, Afrânio Peixoto, José Bezerra Menezes, Frota Pessoa, Isaias Alves, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo foram os nomes designados para a Comissão.

⁹ SCHWARTZMAN, Simon. BOMENY, Helena e COSTA, Vanda. **Tempos de capanema**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo/ Paz e terra, 1984. p. 51.

¹⁰ VILALOBOS, João Eduardo. *O Problema dos valores na Formação e no Funcionamento do Sistema educacional Brasileiro*. IN: **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS**, Brasília: v. 33, n. 76, P. 34 - 49, out./dez., 1959. p. 34 .

por essa “nova geração” se constitui como um dos elementos fundamentais para compreensão da estrutura dos movimentos intelectuais, numa sociedade que estava sendo marcada por profundas transformações. Os intelectuais estavam numa situação que exigia a tomada de posições frente ao debate educacional.

Das diferentes tendências de educadores/intelectuais que por longo período estiveram agregadas a ABE, destaca-se, por sua efetiva participação, a chamada intelectualidade católica, influenciada principalmente pela ação de Jackson Figueiredo e, posteriormente, por Alceu Amoroso Lima, sob cuja direção assentou-se as bases para a renovação católica dos anos 1950, decorrente de sua liderança na Confederação Católica - posteriormente denominada de Ação Católica – e que influenciaria a formação de grupos universitários católicos¹¹.

O empreendimento iniciado por Jackson Figueiredo teve impacto em vários círculos intelectuais durante várias décadas. Expressamente veiculado ao movimento católico conservador, Figueiredo participou, como um dos mentores, na fundação da revista “A Ordem” - que apregoava a ordem social, entendida como fundamental para proteger o Brasil das revoluções que já haviam se instaurado em outros países e ameaçado a ordem brasileira, bem como o culto à moral católica e o respeito a autoridade e valorização do nacionalismo - e do Centro Dom Vital, influenciado por Dom Sebastião Leme. Com sua morte, em 1928, a direção da revista e do Centro passou para Alceu Amoroso Lima¹². Conhecido pela postura polêmica, ao assumir a direção da Liga Eleitoral Católica (LEC), garantiu que prescrições católicas fossem aceitas por candidatos de diferentes partidos nas eleições de 1933 e, apesar da ausência de um partido político católico, fez com que os preceitos da sacralidade da família e da educação católica nas escolas oficiais fossem incorporadas na Constituição de 1934.

Uma série de mudanças a partir dos inícios de 1930 – das quais se destacam a criação, através do Decreto nº 19.402, do Ministério da Educação, cujo primeiro ministro foi Francisco Campos¹³, do Conselho Nacional de Educação (Decreto nº 19.850, 1931), além da formulação dos Decretos nº 19.851 e nº 19.852 que, respectivamente, definiam os regulamentos das Universidades no Brasil e a organização da Universidade do Rio de Janeiro – geraram impactos no sistema de ensino ainda que as ações referentes ao primário e ao secundário tenham sido apenas incipientes. Para sanar o problema educacional realizou-se, em 1931, a IV Conferência Nacional de Educação

¹¹ KADT, Emanuel de. **Católicos radicais no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003. p. 93.

¹² Alceu de Amoroso Lima (1893-1983) adotou o pseudônimo de Tristão de Athayde com o qual assinou inúmeras obras, dentre as quais algumas relacionadas à sociologia.

¹³ Francisco Campos foi o primeiro ministro da Educação no Governo de Getúlio Vargas. As reformas educacionais no seu governo são consideradas exemplares no que se refere as transformações das estruturas de ensino vigentes

que provocaria intensos debates, pressionando o Ministério da Educação na criação de políticas públicas voltadas a questão.

Desse evento surgiu a proposta de acordo entre Governo Federal e estados quanto à padronização das estatísticas de ensino a fim de elaborar estudos sobre a situação da educação e do ensino, ficando deliberado que os principais educadores brasileiros deveriam traçar as diretrizes de uma política nacional de educação. A Comissão designada pela diretoria da ABE era composta por representantes de diferentes correntes ideológicas. Paschoal Leme ¹⁴(2005:171) observa que:

Houve então sérias divergências entre os participantes da Conferência, o que redundou até na retirada do grupo dos educadores católicos, que discordaram das primeiras redações do documento, em aspectos fundamentais, tais como prioridade outorgada ao Estado para a manutenção do ensino, ensino leigo, escola única, coeducação dos sexos, etc. Afinal, o documento foi concluído e aprovado pelo plenário da Conferência e divulgado pela imprensa não especializada, em março de 1932. Trazia como título principal o de *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, era dirigido “Ao Povo e ao Governo” e onde se propunha “A reconstrução educacional no Brasil”.

O “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” daria as pistas quanto às necessidades a serem vencidas para a instauração do Estado Democrático. Dentre as principais prerrogativas, eram assinaladas:

A defesa da escola primária pública e eficiente, a utilização de métodos científicos de aprendizagem, o respeito que se exige pela autonomia da criança, a abolição da disciplina rígida e sufocante, o ideal de uma escola ativa de preparação para a vida democrática iriam ser as grandes conquistas da educação nacional. (...) A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, criada com a intenção de se constituir no núcleo da Universidade, seria o primeiro instituto de cultura livre e de pesquisa científica de alto nível a ser criado no Brasil e viria provocar uma verdadeira revolução no ensino superior, pela aplicação de novos métodos de estudo, pelo desenvolvimento do espírito de pesquisa e de crítica e pela moderna

¹⁴ LEME, PASCHOAL. *O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira*. IN: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 86, n. 212, jan./abr. 2005 p. 163-178

noção de cultura que procurava implantar. Dela provinham as melhores esperanças na formação de uma elite culta com consciência da realidade nacional e que pudesse a ela servir. Com a criação de faculdades de filosofia, tomavam-se também as primeiras medidas concretas no sentido da preparação eficiente de professores secundários e normais, atendendo-se à necessidade de expansão destes tipos de ensino médio e a seu aprimoramento qualitativo¹⁵.

O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* foi, efetivamente, o primeiro documento a tornar público as normativas idealizadas para o novo projeto educacional.¹⁶

Afastada a idéia de monopólio da educação pelo Estado, num país em que o Estado, pela sua situação financeira, não está ainda em condições de assumir a sua responsabilidade exclusiva, e em que, portanto, se torna necessário estimular, sob sua vigilância as instituições privadas idôneas, a ‘escola única’ se entenderá entre nós, não como uma conscrição precoce arrolando, da escola infantil à universidade, todos os brasileiros e submetendo-os durante o maior tempo possível a uma formação idêntica, para ramificações posteriores em vista de destinos diversos, mas antes como a escola oficial, única, em que todas as crianças, de 7 a 15 anos, todas ao menos que, nessa idade, sejam confiadas pelos pais à escola pública, tenham uma educação comum, igual para todos.

Embora o *Manifesto* consolidasse os valores democráticos de uma elite intelectual com diferentes posições ideológicas, convergiam em torno da possibilidade de organizar as políticas educacionais e, conseqüentemente, na organização da própria sociedade brasileira. O documento, que se tornou um marco da reflexão em torno do processo educacional, foi divulgado pelos jornais brasileiros em março de 1932 e publicado pela Companhia Editora Nacional em junho do mesmo ano numa edição que se fazia acompanhar por uma introdução do relator Fernando de Azevedo e comentários críticos de alguns intelectuais brasileiros - foi lançado num momento fundamental para a configuração do campo político e intelectual, pois as ações promovidas pela ABE se tornaram um terreno fértil para provocar as tomadas de posição frente ao debate educacional, fazendo com que a

¹⁵ VILALOBOS, João Eduardo. *O Problema dos valores na Formação e no Funcionamento do Sistema educacional Brasileiro*. IN: **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS**, Brasília: v. 33, n. 76, P. 34 - 49, out./dez., 1959. p. 47.

¹⁶ A versão original do documento foi reproduzida na íntegra na Revista Brasileira de Estudos pedagógicos, Edição Comemorativa. n. 65, 1984.

disputa entre os intelectuais de diferentes orientações políticas ou religiosas definissem pólos na disputa do controle do campo educacional - opondo, de um lado, os conservadores católicos e, de outro, os renovadores liberais. A publicidade do *Manifesto* promovia o projeto de um grupo que se pretendia depositário dos ideais de modernidade no Brasil.

O *documento* foi amplamente divulgado na imprensa nacional e promoveu tanto adesões como críticas. As declarações mais direta e combativamente contrárias foram aquelas dos intelectuais católicos, que se faziam presentes desde a reforma proposta por Capanema, quando os debates estiveram voltados para a elaboração de diretrizes para a constituição de um novo sistema educacional no Brasil¹⁷, que através de “*A Ordem*” divulgavam suas críticas às propostas do *Manifesto*.

Os intelectuais católicos, na intenção de definir os rumos da educação, promoveram debates a partir daquilo que consideravam fundamentais para implantação das novas propostas educacionais, uma vez que, para eles, as críticas de Anísio Teixeira à escola tradicional, estavam vinculadas ao avanço do comunismo no Brasil. Neste sentido, os intelectuais católicos iniciaram uma ação mais efetiva tendo o Centro Dom Vital como veículo de divulgação da sua política educacional¹⁸. Neste período a Igreja Católica, através da Confederação Católica de Educação iniciou uma grande mobilização com o intuito de se discutir os rumos da educação no país e propagar a fé cristã.

O que se revelava naquele momento era a definição de um campo educacional, campo através do qual diferentes grupos objetivavam se posicionar em busca de dominação, pleiteando reconhecimento, poder e prestígio equivalentes. Se por um lado os católicos, que tinham a frente Alceu Amoroso Lima, priorizavam conservar a doutrina cristã e impedir o monopólio estatal, por outro, os liberais, chamados de *escolanovistas*, liderados por Fernando de Azevedo, tendo também em Anísio Teixeira uma referência, desejavam cooptar o professorado, através de novas

¹⁷ Sobre a relação entre os católicos e o ministério da educação no período Capanema, vale ressaltar a seguinte nota: “Era aqui, mais do que em qualquer outra área, que o pacto do Ministério da Educação com a Igreja se revelava com toda sua força. Tão logo empossado no ministério, Capanema recebe de Alceu Amoroso Lima, em algumas folhas manuscritas, uma lista de medidas que este esperava serem adotadas não só na área de educação, mas em outras áreas do governo, como a do trabalho, “defesa preventiva” e política exterior”. SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA (1984:173-174).

¹⁸ Vale ressaltar que a reação dos católicos teve início na década de 1920 quando Jackson Figueiredo toma a frente da criação do Centro Dom Vidal. A partir de 1928 os intelectuais católicos, liderados por Alceu amoroso Lima ampliavam suas ações através da “conscientização de leitores pela revista *A Ordem*. Nos anos 30 a Liga Eleitoral Católica, tendo a frente Alceu Amoroso Lima, buscava “cristianizar a constituição”. (SALEM, Tânia. *Do centro Dom Vidal à Universidade Católica*. IN: SCHWARTZMAN, Simon. **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília, CNPQ, 1982).

concepções, e convencer a população do conhecimento científico como promotor de uma educação de qualidade¹⁹.

O Estado, diante das críticas efetuadas pela igreja católica, promoveria, a partir dos anos 1940, a realização de um “*inquérito nacional sobre educação*”, através do qual se buscava avaliar as condições de ensino no país, com base em um questionário elaborado pelo Departamento Nacional de Educação. Através dos amplos e calorosos debates, motivados pelos resultados da pesquisa, Gustavo Capanema iniciaria a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), dando ênfase à necessidade de formação do cidadão brasileiro consoante ao projeto de nação inspirado pelo Governo Vargas, o que resultaria nas Leis Orgânicas de Ensino²⁰. (RIBEIRO, 2003) (SCHWARTZMAN et al, 1984)). Em 1946, estes temas serão retomados com uma nova roupagem quando o debate acerca da escola pública reacende em torno da LDB nos meados de 1950. A Constituição Federal de 1946 determinou a criação de um plano de intervenção na área de educação, a denominada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

¹⁹ O movimento “escolanovista”, freqüentemente, era identificado como uma leitura nacional do “pragmatismo” de Dewey. (JOAS, 1996:598-600)

²⁰ Destas, destacamos: a Lei do Ensino secundário, Decreto-lei n. 4.073 de 30 de janeiro de 1942, que constituiu o ensino industrial; decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que fundou o SENAI; Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942, que definiu o ensino secundário em ensino ginasial, com quatro anos, e o colegial, com três anos; Decreto-lei n.6.141, de 28 de dezembro de 1943, que definiu o ensino comercial